



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho “One UN” 2014



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho «One UN» 2014

PILAR		Orçamento 2014 (USD)	%
PILAR I	Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza	3,208,963	20
PILAR II	Consolidação das instituições, democracia e cidadania	5,480,435	34
PILAR III	Redução das disparidades e iniquidades	1,648,500	10
PILAR IV	Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas	5,945,303	36
TOTAL		16,283,201	100

Agência	Orçamento (USD)
FAO	3,632,463
OHCHR	15,000
OIM	35,000
OIT	1,118,200
OMS	1,113,670
ONU HABITAT	220,000
ONU MULHERES	455,740
ONUDC	786,710
ONUDI	1,482,321
PAM	220,000
PNUD	4,881,400
UNCTAD	26,100
UNEP	150,000
UNESCO	10,000
UNFPA	905,000
UNICEF	540,000
UNOPS	546,750
UNV	144,847
TOTAL	16,283,201



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR I	Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza	
Agência Líder	FAO	
Agência co-Líder	ONU DI	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	FAO	1,486,963
	UNCTAD	26,100
	OIT	500,000
	ONU DI	465,141
	PAM	50,000
	PNUD	490,000
	UN WOMEN	55,600
	UNFPA	60,000
	UNICEF	40,000
	UNV	35,159
	TOTAL	3,208,963
Parceiros nacionais	MTIE, MRE, CI, CPE, ARFA, MDR, FICASE, M. Culture, ADEI, ACS, MJEDRH, IC, MAHOT, MS, CM Praia, MIEM, INDP, ICIEG	

Pelo Governo de Cabo Verde:



Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros


Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:


Coordenadora Residente


Data


Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano de Trabalho 2014 'One UN'					
PIIAN 1: Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza					
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non- core)
Efeito 1.1: As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis.					
1.1.1. A integração de Cabo Verde no sistema do comércio internacional é reforçada, com base no cumprimento dos acordos internacionais, e nas políticas e estratégias de competitividade.	• Reforço das capacidades dos Ministérios / instituições implicadas para o cumprimento com os compromissos da OMC, acordos internacionais sobre questões relacionadas com comércio, promoção dos investimentos, exportação e competitividade. • Actualização do sistema de qualidade nacional: em consonância com os esforços a nível da CEDEAO e em estreita cooperação com o Instituto de qualidade nacional, assistência técnica e apoio para desenvolver as regras de qualidade nacional e reforçar o quadro regulamentar, para facilitar uma maior integração da economia no sistema de comércio multilateral bem como para aumentar a protecção do consumidor no país. • Assistência técnica para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação que contribuam para a criação de emprego e de um crescimento pró-pobre. • Assistência técnica ao desenvolvimento do turismo durável, ecoturismo e o turismo natureza, conforme à estratégia de parceria público-privada para um turismo durável em Cabo Verde (2010-2015), incluindo gestão da marca de produtos made in CV's. • Melhorar o ambiente de negócios para o desenvolvimento do empreendedorismo: reforçar a capacidade das instituições nacionais e locais na economia para implementar e monitorizar as medidas de reforma do ambiente de negócios, em particular para realizar funções regulamentares e administrativas, prestar serviços de qualidade para o sector privado de forma eficaz, eficiente e transparente e para melhor facilitar uma ampla visão das actividades empresariais em linha com o plano de acção para a reforma do ambiente de negócios. • Promoção dos investimentos: capacitação da Agência de Promoção dos Investimentos para apoiar o investidor na tomada de decisão, contribuir para a formulação de políticas e unificar as partes interessadas na promoção do investimento em volta de uma visão comum com base na evidência empírica. • Competitividade industrial: apoiar para melhorar os formuladores de políticas e instituições relevantes na capacidade de acesso e utilização dos dados e informação, na formulação de políticas de planeamento e desenvolvimento industrial baseadas em evidências, promovendo o estabelecimento de um diálogo entre o sector público privado, através do comité e outras actividades comuns. • Agro-pecuária e Pesca: Apoio à realização de estudos e elaboração de planos e programas visando o aumento da produtividade e competitividade no sector agro-pecuário e das pescas, tal como o estabelecimento de parcerias público-privadas para promover o investimento e aplicação das normas • Cultura e Indústrias Criativas: Apoio técnico para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação de produtos musicais e artísticos.	UNCTAD	Apoio ao Governo de Cabo Verde e os parceiros nacionais responsáveis pelas questões económicas e financeiras, seu cumprimento dos compromissos da OMC e dos acordos internacionais e regionais que o país tem assinado. Apoio técnico em questões e relativas à concorrência, promoção de investimentos e na gestão de atividades, a fim de fomentar a integração de Cabo Verde a sistema de comércio internacional. Apoio na criação de empregos em setores chave como o turismo e indústrias criativas, para permitir a inclusão das partes interessadas, incluindo o sector privado e a sociedade civil.	MIREX, MTIE (Min. Turismo, Indústria e Energia)	26,100 \$
		ONUDI	- Plano Estratégico 2014-2016 do Instituto de Gestão da Qualidade validado e em implementação	MTIE	2,000 \$
		ONUDI	- Plano de Ação para a Melhoria do Ambiente de Negócios para a linha de S. Nicolau validado e em implementação	MRE (Min. Reforma do Estado)	37,641 \$
		UNV	- Centro de Estrutura Comum de Avaliação (CAF - Common Assessment Framework) estabelecido e em funcionamento, integrado na rede do Instituto Europeu de Administração Pública (EIPA) e com implementação piloto em duas instituições da Administração Pública realizada.		1,688 \$
		ONUDI	- Relatório sobre o investimento em Cabo Verde elaborado	CI (Cabo Verde Investimentos)	8,500 \$
		UNV			1,688 \$
		ONUDI	- 20 Técnicos do Governo reforçam capacidades em desenvolvimento de clusters e cadeias de valor - Projecto para a instalação de uma Unidade de Análise Estratégica da Competitividade Industrial e Comercial elaborado e fundos mobilizados.	MFP (Min. Finanças e Planeamento)	15,000 \$
		ONUDI	- Estudo sobre o Sistema Nacional de Inovação realizado para melhorar a inovação industrial e aplicação da ciência, tecnologia e inovação em toda a economia	MESI (Min. E. Superior, Ciência e Inovação)	10,000 \$
		UN WOMEN	(i) 1 análise social e de género em matéria de água, saneamento e terra, com base nos dados e informações disponíveis na base de dados, em conformidade com MoU a ser assinado com o IICA-CV	MCA-CV	9,500 \$
			Um estudo sobre a utilização de água das barragens para criação de peixes é realizado	INDP	40,000 \$
FAO	Um Plano Estratégico de Extensão Rural e Comunicação é elaborado	MOR	60,000 \$		
	Um Plano Estratégico sobre a Investigação Agrária em Cabo Verde é elaborado	INIDA	67,000 \$		
PAM	Estratégia de mobilização de recursos estabelecida promovendo a participação sector privado no reforço do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar - PNASE	FICASE	50,000 \$		
PNUD	Apoio na implementação do programa de transferência de renda : 1- Estudo sobre vulnerabilidade em Cabo Verde finalizado; 2-Análise sobre o espaço fiscal realizado; 3-Análise sobre capacidade institucional realizada; 4-Capacidades dos quadros das instituições que lidam com a problemática social reforçados em matéria de análise de vulnerabilidade fiscal ;5- Opções do programa de transferência de rendas elaborado	MIEDRH	90,000 \$		
UNICEF			40,000 \$		
PNUD	Apoio na implementação dum Programa para a criação de Emprego em Cabo Verde	MIEDRH	800,000 \$		
ILO					
UNFPA	As análises das projeções demográficas e do impacto sobre sectores chave da intervenção pública realizadas em apoio a definição da política de população (Assistência técnica externa; elaboração das análises ; Atelier de validação)	CPE	60,000 \$		
Efeito 1.2: O sector privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.					
		ONUDI	- Estudo de Viabilidade do Fundo de Capital de Risco apresentado em Workshop Nacional - Centro de Parcerias e Subcontratação (SPX) estabelecido e em funcionamento, com actividade regulares de benchmarking e de match-making		8,000 \$

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Missa anual 2014 (resultados esperados no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo Disponível (Recursos Core + Non- core)
1.2.1 As MPMEs beneficiam de serviços de apoio melhorados, com enfoque nas mulheres e jovens, para uma contribuição reforçada ao crescimento, ao investimento social e ambientalmente responsável, e à geração de empregos decentes.	<ul style="list-style-type: none"> Investimento/empreendimento - Reforçar a capacidade dos fornecedores de apoio ao desenvolvimento de negócios (BOS - Business Development Support) para garantir uma melhor qualidade e mais serviços de consultoria em melhoria da produtividade, modernização das empresas, eficiência colectiva e redes, desenvolvimento empresarial para as indústrias criativas de forma eficaz e sustentável, apoiar um número crescente de empresas e empresas, incluindo serviços especiais para as mulheres e a diáspora. Assistência técnica para a identificação de soluções financeiras diversificadas, incluindo micro-financeiras, fundo de capital de risco e a disponibilidade de dados para medir a inclusão financeira 	UNV	<ul style="list-style-type: none"> Cinco planos de negócios elaborados para cinco incubadoras da rede de incubadoras de Cabo Verde; Cinco gestores das incubadoras formados em técnicas de gestão e promoção de negócios. Sistema de Monitorização e Avaliação das actividades da ADEI implementado 15 formadores capacitados para ministrar acções de formação de consultores nos Programas "Training of Small Business Advisors for Productivity Improvement" (INDEX) e "Training of Trainers on Facilitating Self-help Entrepreneurial Groups" (SHG) 12 planos de negócio elaborados e 12 consultores formados em Coaching 	ADEI	2,531 \$
1.2.2 As empresas do sector privado, nomeadamente as MPMEs, melhoram o cumprimento com normas internacionais para uma maior competitividade e acesso ao mercado.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade da infra-estrutura - Fornecer assistência técnica, formação e apoio para o desenvolvimento nacional de infra-estruturas de qualidade e para os empresários, em particular as PMEs, a fim de desenvolver um organismo nacional de normalização e de apoio aos laboratórios na área de testes de pavos, em particular (São Vicente), bem como testes de alimentos em geral (Santiago) e para aumentar a sua compreensão às exigências do mercado internacional e padrões de qualidade ou regulamentos técnicos em geral. Segurança alimentar em Cabo Verde: melhorar a saúde pública e segurança alimentar através de uma abordagem abrangente sobre as condições políticas e implementar níveis para o cumprimento dos compromissos assumidos por Cabo Verde no Acordo de OMC sobre medidas sanitárias e fitossanitárias. 	ONUDI UNV	<ul style="list-style-type: none"> Política de Responsabilidade Social Corporativa desenvolvida e implementada em Cabo Verde 30 técnicos / consultores capacitados na elaboração de projectos de investimento e estudos de fiabilidade com a metodologia / software da UNIDO Computer Model for Feasibility Analysis and Reporting (COMFAR) 	CCISS / CCB-AE	2,000 \$ 844 \$
1.2.3 As cadeias de valor de Aproveitamentos e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produção hidropónica de alimentos. Melhorar as raças animais através da introdução e difusão de técnicas de inseminação artificial Melhorar e aplicar o controle integrado das principais pragas Pinear e plantar a aquacultura e melhorar o apoio à pesca artesanal Promover os alimentos das zonas rurais e mercados municipais Instituições relevantes e empresas prioritárias do sector privado melhoraram a implementação de valores integrados sensíveis ao género e desenvolvem as cadeias de fornecimento na área do aproveitamento (Joint Programme - FAO, ONUDI e ONU MUJHERES) 	ONUDI FAO FAO ONUDI UN WOMEN UNV	<ul style="list-style-type: none"> Cadeia de Valor para as Pescas e Transbordo de Pescas identificada, validada e em implementação Duas Cadeias de Valor no Agro-negócio identificadas e validadas no âmbito do Programa 3AOI (African Agribusiness and Agro-Industry Development Initiative) Um projecto sobre a reabilitação da cultura do coqueiro em Cabo Verde é elaborado e sua implementação iniciada. Um programa de reabilitação e valorização da cultura do café em Cabo Verde é elaborado e sua implementação iniciada. O documento do Programa Conjunto (FAO, ONUDI, UN-Mulheres) "Value Chain Development" revisto, validado e submetido a financiamento. (II) Finalizada e apresentada uma análise de Oportunidades de Mercado e Circuitos de comercialização para grupos de mulheres rurais identificadas/ seleccionadas; (III) 4 grupos de mulheres em actividades económicas apoiada no aumento da colocação de seus produtos no mercado; (III) melhoradas as capacidades de grupos de mulheres em matéria de produção técnica e dois grupos de mulheres em actividades económicas ligadas ao turismo são apoiadas com aquisição de equipamentos e materiais de produção 	MIEM (Min. Infraestrutura e Eco. Marítima) ADEI MDR MDR ADEI ICIEG	5,000 \$ 5,000 \$ 100,000 \$ 50,000 \$ 2,000 \$ 36,600 \$ 20,596 \$
Efeito 1.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade rural.					
1.3.1 O Governo e os atores nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pesca e transformação agro-alimentar e artesanato Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais. 	FAO	<ul style="list-style-type: none"> (I) Pelo menos 2 técnicos de cada delegação do MDR capacitados sobre técnicas pós colheita (12 Delegações do MDR); (II) Pelo menos 1 estágio de formação de produtores sobre boas práticas pós colheita realizadas em 21 concelhos. Sistema de gestão da qualidade introduzido nos Centros pós colheita no Fogo e em P. Novo; 20 técnicos e inspectores capacitados e dotados de um kit básico de verificação da qualidade de hortícolas e frutícolas; Pelo menos 2 projectos pilotos de consórcio de projectos do sector produtivo (agricultura e pesca) com abastecimento das cantinas escolares implementados 	MDR	319,963 \$
1.3.1 O Governo e os atores nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pesca e transformação agro-alimentar e artesanato Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais. 	UN WOMEN	<ul style="list-style-type: none"> (II) 20 profissionais de 10 instituições públicas a nível nacional e local melhoram seus conhecimentos sobre melhores práticas na promoção do empreendedorismo e serviços de apoio das mulheres para o sector informal (1 troca de experiência sul-sul e 1 workshop nacional realizado para discutir boas práticas) 	ICIEG	12,000 \$
1.3.1 O Governo e os atores nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pesca e transformação agro-alimentar e artesanato Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais. 	UN WOMEN	<ul style="list-style-type: none"> 20 mulheres capacitadas e engajadas no desenho e implementação de um plano de advocacia para a promoção da qualidade de género e direitos das mulheres no trabalho 	Rede das Mulheres Parlamentares	6,000 \$
1.3.1 O Governo e os atores nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.	<ul style="list-style-type: none"> Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pesca e transformação agro-alimentar e artesanato Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais. 	FAO	<ul style="list-style-type: none"> O projecto piloto "Compras locais" em curso, em 34 escolas de 6 Concelhos, está concluído, e essa experiência "Compras locais" é alargada de uma forma baseada a mais 5 Concelhos. 30 Cantinas das escolas piloto "Compras Locais" melhoradas e adaptadas aos requisitos básicos de higiene, em unidades de alimentação colectiva, em vigor. 	FCASE	750,000 \$
1.3.1 O Governo e os atores nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.	<ul style="list-style-type: none"> Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pesca e transformação agro-alimentar e artesanato Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais. 	FAO	<ul style="list-style-type: none"> Um projecto sobre a promoção de florestas urbanas, agricultura urbana e periurbana é elaborado e a sua execução iniciada 	MDR	100,000 \$

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core e Non-core)
1.3.2. Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma ênfase especial nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora	<ul style="list-style-type: none"> Ensinos secundário e técnico, nível da Universidade (pré-serviço de formação de professores) - Apoio para a introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico, incluindo a pré-formação contínua dos professores com vista a equivar o sistema de ensino, para preparar a juventude para uma sociedade mais empreendedora. Formação profissional: apoiar os parceiros nacionais na formação de formadores, adaptação dos manuais de formação e apoio a institucionalização da cultura empresarial da FP 	ONUDI	<ul style="list-style-type: none"> Curriculo de Empreendedorismo desenvolvido para o Ensino Secundário Geral e Técnico 50 professores formados em Empreendedorismo 12 escolas iniciam a implementação do Empreendedorismo no Ensino secundário em seis ilhas: S. Antão, S. Vicente, Sal, Boa Vista, Maio e Santiago. 	MED (Min. Educação e Desporto)	385,000 \$
		OIT	Realizada uma segunda fase de formação para 12 formadores dos Centros de Emprego e Formação Profissional e dos centros de emprego sobre empreendedorismo (a seleccionar de entre os formadores que participaram na primeira fase de formação)	IEPP	100,000 \$
		UN WOMEN	(i) Um documento de projecto para a adaptação dos currículos de formação profissional com base em boas práticas de turismo sustentável sensível ao género, é elaborado para discussão com as entidades parceiras.	ENT (Escola de Hotelaria e Turismo)	1,000 \$
		UNW			5,000 \$
		TOTAL PHAR 1			3,208,960 \$



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

País	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR II	Consolidação das instituições, democracia e cidadania	
Agência Líder	PNUD	
Agência co-Líder	ONU DC	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	FAO	1,532,215
	OHCHR	15,000
	OIM	35,000
	OIT	175,700
	OMS	615,670
	ONU HABITAT	60,000
	ONU MULHERES	353,140
	ONU DC	673,710
	PAM	170,000
	PNUD	772,000
	UNFPA	560,000
	UN HABITAT	10,000
	UNICEF	420,000
	UNV	88,000
	TOTAL	5,480,435
Parceiros nacionais	ICIEG, INE, ANMCV, NOSI, MS, INPS, CNPS, MDR, MED, FICASE, CN-UNESCO, MAHOT, MFP, AN, ICCA, MJ, MJEDRH, ONGs, MAI, MIREX, UCI, PGR, CNDHC, CCCD, PJ, PN, UIF, CSMJ, ONGs, OCBs, CSMJ, Plateforme ONGs, CNE	

Pelo Governo de Cabo Verde:

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Data

26/02/2014

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

Coordenadora Residente

Data

21/02/2014

Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano de trabalho anual 2014 'Oms UN'					
Plano 2: Consolidação das instituições, democratizada e cidadania.					
Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1. As administrações nacionais e as instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.</p> <p>2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planeamento e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.</p>	<p>1) Apoio à definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género ;</p> <p>2) Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais;</p> <p>3) Programa de reforço das capacidades dos agentes de estatísticas para a análise e tomada de decisão (programa de alfabetização estatística);</p> <p>4) Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (CQINE)</p> <p>5) Apoio ao reforço e à integração dos sistemas de produção e análise da estatística administrativa e sectorial ;</p>	OIT	As capacidades dos produtores de estatísticas do trabalho são reforçadas através de formação para a implementação de uma resolução sobre as estatísticas do trabalho, adoptada pela 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIST) de outubro de 2013	INE	28,500 \$
		ONU/MULHERES	(i) Relatório sobre o Uso do Tempo publicado e disponível online; (ii) Uma agenda de linhas de pesquisa para o aprofundamento de pesquisas qualitativas sobre o uso do tempo e estatísticas de género definida e divulgada; (iv) A metodologia para a integração do trabalho não remunerado nas contas nacionais disponível (colaboração sul-sul); (vi) Divulgação da iniciativa de conciliação da vida laboral e do trabalho junto às empresas privadas nacionais	INE	48,000 \$
		UNV	(v) Pelo menos 6 instituições (como o Ministério de Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Conselho Nacional da Família, Instituto da Criança e do Adolescente, INPS, INE, ICIEG, UNCV/ICIEG) com capacidades e competências melhoradas em matéria de género e que contribuem para o desenvolvimento de políticas sociais com abordagem de género; (vii) Novo recenseamento agrícola é realizado e melhora a integração da dimensão género e uma análise complementar sobre agricultura e género é elaborada;	ICIEG	15,000 \$
		OMS	i) O Sistema de Informação Sanitária e do Observatório Nacional de Saúde é desenvolvido com o apoio técnico da OMS	Ministério da Saúde	58,000 \$
		UNFPA	ii) As capacidades das instituições de saúde e outras (pontos focais) para a elaboração do plano de acção nacional para a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) são avaliadas e reforçadas; iii) As capacidades das instituições responsáveis pelo sistema integrado de vigilância e resposta são reforçadas.		50,000 \$
		UNFPA	Capacidade dos CQINEs e do INE em matéria de produção dos indicadores necessários para a definição dos programas são reforçadas, nomeadamente no desenvolvimento de instrumentos metodológicos, definição dos indicadores, harmonização dos indicadores sectoriais, etc.		250,000 \$
		UNICEF	Sistema de recolha, análise e difusão de dados reforçado, através da definição dos instrumentos metodológicos e a recolha de dados no terreno com a realização dos inquéritos IMC - Inquérito Multi-objectivo contínuo (módulos sobre o emprego, migração, condições de vida, Governação, paz e segurança) e do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares III.	INE	70,000 \$
		UNDP			30,000 \$
		UNV	Reforço das capacidades do INE através do apoio técnico do Voluntário das Nações Unidas afecto ao JO nas áreas de estatísticas da população		28,000 \$
		FAO	Recenseamento agrícola piloto baseado num manual, com os 17 indicadores previstos pela FAO, elaborado e permite a definição de módulos complementares	MON(OGPQS), INE	250,000 \$

Projeto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponíveis (Recursos Core + Non- core)
2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planeamento e de implementação do sistema nacional de seguimento e avaliação.	1) Apoio à definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género ; 2) Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais; 3) Programa de reforço das capacidades dos utentes de estatísticas para a análise e tomada de decisão (programa de alfabetização estatística); 4) Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (ODINE) 5) Apoio ao reforço e a integração dos sistemas de produção e análise da estatística administrativa e sectorial ;	FAO	(i) Sistema de seguimento da cadeia de abastecimento das cantinas escolares em produtos locais e de hortos escolares definido e implementado; (ii) Base de referência para seguimento da segurança sanitária das cantinas escolares desenvolvida e funcional; Técnicas de recolha e análise de dados sobre diversidade e comportamentos alimentares melhorados e integrados nos inquéritos nacionais.	FI/ASE/MOR/NE	277,228 \$
2.1.2 As administrações possuem capacidades institucionais e humanas que permitem uma planificação e afectação dos recursos, em linha com os standards de eficiência e eficácia intersectoriais.	1. Introdução de metodologias e ferramentas, revisão do quadro legal, formação dos RH e elaboração de manuais de procedimentos para a integração do género nos processos nacionais de planeamento e organização. 2. Assistência técnica aos Ministérios nos sectores sociais (educação, saúde, emprego e juventude) no quadro da implementação do programa de reforma das finanças públicas.	ONU HABITAT	1. A segunda fase do Programa Global da ONU-HABITAT (Participatory Slum Upgrading Programme) é reforçada e permite a identificação de projectos prioritários em áreas de desenvolvimento urbano que serão elaborados e aprovados segundo uma abordagem participativa; 2. A estratégia nacional de mobilização de recursos para a melhoria dos assentamentos informais em Cabo Verde é elaborada e socializada; 3. Protocolos celebrados entre ONU-HABITAT, MAHOT e Autarquias locais sobre os assentamentos informais, sendo que as partes participam em fóruns sobre o PSUP (melhorar os bairros informais); 4. As capacidades de quadros do novo Instituto Nacional de Gestão Territorial e das Autarquias em matéria de gestão do território são reforçadas	MAHOT, ANMCV	35,000 \$
2.1.3 O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.	1. Assistência técnica e reforço institucional ao Tribunal das contas na implementação do quadro regulamentar revisto e do plano estratégico 2012-2016 2. Assistência técnica e reforço institucional à administração parlamentar e aos eleitos	ONU MULHERES UNV	1. Análise e formulação de propostas de leis sensíveis ao género concluídas (constituição, leis eleitorais, lei de base do orçamento do Estado, etc.); 2. Pelo menos duas iniciativas de advocacia com autoridades locais e parcerias para a adopção da Lei do orçamento do Estado sensível ao género e leis e medidas sobre participação política realizadas 3. Uma proposta de Plano de Acção de Advocacia e respectivo cronograma para a revisão do quadro legal e implementação de um mecanismo de monitorização de políticas e orçamentos sensíveis ao género elaborada e socializada	Rede de Mulheres Parlamentares (com ligações de mulheres)	22,000 \$ 9,000 \$
2.1.3 O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.	1. Assistência técnica e reforço institucional ao Tribunal das contas na implementação do quadro regulamentar revisto e do plano estratégico 2012-2016 2. Assistência técnica e reforço institucional à administração parlamentar e aos eleitos	PNUD	1) Profissionais do Tribunal de Contas, da Sociedade Civil e Parlamentares, vêm reforçadas as suas capacidades técnicas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOPs e em Timor Leste/componente Cabo Verde (Pro PALO-TL, SAU, MP's e COO; 2) Campanha de educação cívica sobre o controlo social na luta contra a corrupção dirigida aos cidadãos a nível nacional são realizadas.	Tribunal de Contas, Plataforma das ONG's	320,000 \$

Produto	Atividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponível (Recursos Core + Non-core)
21.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.	1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais; 2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais; 3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças; 4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VB6; 5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos; 6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.	CNU HABITAT	1) Estudo prospectivo sobre os bairros informais elaborado; 2) Dados e principais componentes de urbanização dos bairros informais recolhidos e analisados para sua urbanização (terreno, prestação de serviços, habitação e finanças); 3) As estratégias de intervenção, as ações prioritárias, a localização, os custos e as responsabilidades das partes interessadas, em relação aos bairros informais analisados, são definidos e socializados	MAHOT, ANMCI, Plataforma ONGS	25.000 \$
		UNICEF	1. A Política Nacional de Protecção da Criança e do Adolescente, com um Plano Estratégico, é elaborada e socializada; 2. Continuação do apoio à reforma legal e institucional em matéria de direitos da criança concretizada, através da regulamentação das instâncias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente; 3. As medidas de reforço de capacidades e de actualização dos instrumentos de análise do sistema de protecção das Crianças e dos Adolescentes são operacionalizadas; 4. As medidas de adequação de espaços e de adopção de regulamentos de reforço dos centros de acolhimento e de atendimento de crianças e adolescentes são operacionalizadas; 5. O sistema de justiça para as crianças é reforçado através da revisão legal, do reforço das capacidades dos Recursos humanos e da implementação de um Sistema de Informação Integrado; 6. As capacidades de gestão, administração e acompanhamento do programa, do ICCA, são reforçadas através do recrutamento de um administrativo e financeiro; 7. O conhecimento da situação de Abuso e a Exploração Sexual das Crianças é actualizado através do estudo a ser realizado, com o aprofundamento dos aspectos sócio-culturais; 8. O novo Código de Registo Civil é socializado	ICCA	140.000 \$
		UNICEF	1. DPOCS/MS reforçada na sua capacidade técnica de coordenação, gestão, seguimento e supervisão; 2. Capacidade do MS em planificação estratégica, (incluindo dados estatísticos disponíveis em tempo útil) seguimento e avaliação reforçada, a diferentes níveis da pirâmide sanitária; 3. Medidas de gestão implementadas no MS avaliadas no âmbito do processo da Gestão de Qualidade/Auditoria interna Implementadas;	MS	60.000 \$
		UNFPA	4. Equipamentos e dispositivos médicos inventariados para melhor gestão do património material do MS (MSZ inventariando); 5. Capacidade da Direção Geral das Farmácias e Medicamentos em planificação e gestão dos produtos de saúde reprodutiva e medicamentos implementada e reforçada nas restantes estruturas de saúde		45.000 \$
		UNICEF	1. Plano operacional de intervenção sobre a Pequena Infância elaborado; 2. Estudo sobre competência das crianças à entrada do Ensino Básico publicado; 3. Análise dos dados do Censo Escolar 2012 realizados, com definição operacional para as análises temáticas do Censo e sua respectiva publicação; 4. Anuário e Principais Indicadores da Educação do Ano lectivo 2013/2014 elaborado e publicados; 5. Principais Indicadores da Educação [2000/2001 a 2012/2013] definidos, harmonizados e publicados; 6. Síntese das Cintas Educativas de Santo André, São Nicolau, Santiago, Fogo e Cabo Verde elaborado e publicado; 7. Plano Estratégico da Educação 2014-2024 elaborado e publicado; 8. Quadro de manutenção do Sistema de Informação Base de Dados do Sistema Educativo definido; 9. Estudo sobre "Abandono e Incesso Escolar no Ensino Básico e Secundário" realizado; 10. Capacidade dos quadros da DPOCS em Políticas Sectoriais e Gestão dos Sistemas Educativos (formação a distância) reforçada; 11. Plano de Comunicação em água e saneamento em curso de implementação e iniciativa de "Escola de Qualidade" lançada; 12. O novo sistema de avaliação externa das aprendizagens é reformulado e divulgado; 13. Quadro de referência da avaliação externa das aprendizagens (de quem? Para que nível de ensino?) elaborado e utilizado; 14. Quadro de referência de um novo modelo de organização gestão escolar e supervisão pedagógica elaborado 15. Projecto de formação à distância (FAD) operacional, em apoio à actualização dos agentes educativos (e-learning e radio) e como piloto de APC, avaliação e supervisão pedagógica em curso.	MED	120.000 \$
		UNFPA			50.000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Métas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponíveis (Recursos Core + Non- core)
2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais; 2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais; 3. Reforço das capacidades para uma resposta multissetorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças; 4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG; 5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos; 6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento. 	UNFPA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planos Operacionais do Plano Estratégico de Juventude elaborados; 2. Capacidade de Planificação dos Centros de Juventude reforçada através da elaboração dos instrumentos de apoio; 3. Base de dados dos Centros de Juventude criadas em pelo menos 20% dos CEJ no país; 4. Resposta dos CEJ em atendimento em Saúde Sexual e Reprodutiva para os jovens reforçada com criação das salas de atendimento específico; 5. Participação associativa dos jovens reforçada com criação de plataforma interactiva com base no mapeamento das organizações juvenis realizada em 2013 (em parceria com a Federação Cibo-verdiana da Juventude); 6. Contribuição à realização do Fórum Nacional para a Juventude efetivada, com base em evidências e no quadro do MoU assinado entre as Nações Unidas e o Governo 	MEDRH	125.000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponível (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitam a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais; 2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais; 3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças; 4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG; 5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos; 6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	FAO	I. 600 formadores (gestores de polo educativos e professores do ensino básico) capacitados sobre hortas pedagógicas; II. 2000 professores do ensino básico capacitados na instalação e utilização de hortas como instrumento pedagógico; III. 20 técnicos das Delegações do MDS capacitados 2000 professores do ensino básico capacitados na instalação e utilização de hortas como instrumento pedagógico; (I) Estratégias de gestão e sistema de seguimento de hortas pedagógicas definidos; (II) 150 hortas pedagógicas instaladas nas escolas do ensino básico (I) 3.100 guias sobre alimentação e nutrição para o professor e/ou alunos e distribuídos a todas as escolas do ensino básico; (II) Material didáctico sobre alimentação para Pré-Escolar desenvolvido e distribuído; (III) Monitores do Pré-Escolar capacitados sobre alimentação e nutrição. Filtros de água introduzidos nas escolas piloto e campanha de informação e sensibilização sobre a importância da água potável para consumo realizada	IUE	114,227
			(I) 9000 livros de receitas saudáveis editados e distribuídos nas escolas e centros de saúde; (II) Sessões de culinária participativa realizadas em 20% das escolas ensino básico e em pelo menos uma estrutura de saúde da proximidade	MED/FICASE	216,787
			(I) Capacidades reforçadas das instituições de saúde e mecanismos de gestão e seguimento operacionalizados, no quadro do pacto nacional da saúde, para a implementação, seguimento e avaliação do PNUS (II) Capacidades dos profissionais da saúde reforçadas em planificação da saúde com uma abordagem de saúde pública (III) Garantido apoio técnico e financeiro para a realização do estudo de satisfação dos clientes sobre os cuidados prestados, nos dois Hospitais Centrais são garantidos; (IV) Garantido apoio técnico e financeiro para a realização do estudo descritivo sobre a mortalidade neonatal precoce em Cabo Verde (V) Garantido apoio técnico e financeiro para a realização do estudo sobre o padrão da mortalidade em Cabo Verde (VI) Garantido apoio técnico e financeiro para a realização da formação sobre a utilização da georreferenciação em saúde	IUE/MED/FICASE	245,000
			(I) 2000 manuais p/a equipa de cantinas escolares editados e distribuídos; (II) Pelo menos 2 formadores por concelho capacitados sobre alimentação saudável; (III) Condições e responsáveis da cantina de pelo menos 50% das escolas do ensino básico de cada concelho formadas sobre manipulação higiénica de alimentos, noções básicas sobre a alimentação e nutrição, implementação de menu diversificada e culinária e autoestima e motivação profissional	FICASE/MS	67,328
		OMS	380 vendedeiras de alimentos junto das escolas capacitadas sobre manipulação higiénica de alimentos e alimentação saudável;	MS/FICASE	228,500
			Comunidade escolar e consumidores informados e sensibilizados sobre as 5 chaves para uma alimentação segura da OMS (nível nacional)	MS/FICASE	30,000 \$
			Lei de Alimentação e Saúde Escolar aprovada, adequando o PNASE na política pública do Governo como instrumento de combate a pobreza e promovendo a qualidade da Educação.	MS/OMP/FICASE	85,000
			Estratégia Nacional de Alimentação e Saúde Escolar definida e aprovada, fortalecendo a institucionalidade do PNASE e fortalecendo o seu desenho como programa.	MS/FICASE	68,870
		PAM	Sistema de seguimento e avaliação desenvolvido e implementado para o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar - PNASE	MS/OMP/FICASE	15,000
				ARFA/MS	45,200
					8,145
					13,600
		PAM	Lei de Alimentação e Saúde Escolar aprovada, adequando o PNASE na política pública do Governo como instrumento de combate a pobreza e promovendo a qualidade da Educação.		10,000
			Estratégia Nacional de Alimentação e Saúde Escolar definida e aprovada, fortalecendo a institucionalidade do PNASE e fortalecendo o seu desenho como programa.		10,000
			Sistema de seguimento e avaliação desenvolvido e implementado para o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar - PNASE		100,000
			Sistema Logístico do PNASE revisito e melhorado, tornando-o mais eficiente e competitivo	FICASE	50,000

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2015)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultados esperados ao fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non- core)
2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.	1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais; 2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais; 3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças; 4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG; 5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos; 6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.	PNUD	<ul style="list-style-type: none"> i. A Administração Pública é capacitada para definição e implementação de políticas públicas e para materializar a reforma do Estado incidindo-se particularmente na reforma das estruturas públicas normativas; ii. Quando os dispositivos de mediação estão situados como instrumento que liga a planificação e a organização a nível do Ministério de Finanças aos DPOGOS e autoridades locais; iii. Diferentes da Administração Pública com capacidade reforçada na formulação de políticas públicas e no reforço da gestão voltada para os resultados; iv. Estudo de avaliação de satisfação dos utentes da administração pública realizado; v. Avaliação da implementação da agenda da reforma do Estado e do programa da sociedade de transformação realizada; vi. Recolha e revisão da legislação necessária ao funcionamento da Administração Pública apoiada e concretizada 	CPE	40.000
		ONU MULHERES	<ul style="list-style-type: none"> i. 12 planos de acção para a prevenção da VBG nas escolas são desenvolvidos e 30 actividades comunitárias são desenvolvidas; ii. 10 técnicos/ técnicas afectas aos Centros de Apoio às Vítimas são treinadas em género e VBG e técnicas de atendimento especializado; iii. 110 profissionais de 11 municípios do país são treinados para a adequação de procedimentos técnicos e institucionais às suas responsabilidades atribuídas pela lei da VBG e respostas coordenadas; iv. Programa de reabilitação de agressores é implementado nas comarcas do país que receberam formação em 2013; v. Garantido o apoio técnico para a melhoria do sistema de dados administrativos da polícia e da justiça em matéria de VBG 	ICEG (com sectores)	225.040 \$
		UNV	<ul style="list-style-type: none"> i) Garantido apoio técnico e financeiro para a elaboração do plano de acção nacional, multisectorial, de luta contra as doenças não transmissíveis (DNT) conforme ao plano de acção mundial 2013-2020; ii) Capacidades nacionais reforçadas e mecanismos funcionais de seguimento do plano de acção nacional prevenção e controlo das doenças não transmissíveis incluindo a coordenação da acção intersectorial; iii) Resposta definida e coordenada de luta contra as DNT a nível do UNDAF (conforme a Declaração Política do Encontro de Alto Nível da Assembleia Geral das NU sobre a Prevenção e Controlo das DNT) iv) Garantido apoio técnico ao seguimento da convenção quadro da luta anti-tabaco v) Garantido apoio técnico à elaboração e adopção de metas e indicadores nacionais sobre as DNT vi) Capacidade dos serviços e profissionais reforçada para a implementação de normas e protocolos 		250.000 \$
		OMS	<ul style="list-style-type: none"> i) Garantido apoio técnico e ao seguimento do plano estratégico e da lei da saúde mental ii) Garantido apoio técnico para a recolha, análise, difusão e utilização dos dados, tendências, consequências e os factores de risco das doenças mentais e neurológicas iii) Garantido apoio à realização da Análise da Resposta à Saúde Mental (AIMS) iv) Garantido apoio técnico à revisão do protocolo terapêutico e formação dos profissionais de saúde 	Ministério da Saúde	10.000 \$
			<ul style="list-style-type: none"> i) Capacidade dos serviços da saúde e transporte rodoviários a nível nacional reforçada para o seguimento da década de acção para a segurança rodoviária (2011-2020) ii) Capacidade das estruturas de saúde a nível nacional reforçada para a análise e resposta sobre violências por causas externas (crianças, jovens e mulheres) 		10.000 \$
			<ul style="list-style-type: none"> i) Garantido apoio técnico e capacidades das estruturas de saúde reforçadas para o desenvolvimento do sistema de informação e de gestão dos Recursos Humanos de Saúde (SIS) ii) Garantido apoio técnico à planificação e seguimento do plano estratégico de desenvolvimento dos RHs iii) Garantido apoio técnico à capacitação dos técnicos do MS sobre normas e padrões de educação de pessoal de saúde iv) Especialização em mestrado-faculdade no exterior de dois profissionais é garantida 		110.000 \$
		OMS	<ul style="list-style-type: none"> i) Garantido apoio técnico à definição do sistema de informação e criação de uma base de dados do sector farmacêutico ii) Garantido apoio técnico à realização dos estudos sobre o perfil da prescrição e o acesso aos medicamentos iii) Garantido apoio técnico à revisão da Política Farmacêutica Nacional (sua regulamentação) e elaboração do Plano Estratégico para o sector farmacêutico iv) Garantido apoio técnico à definição de um plano de formação contínua para o sector farmacêutico (prioridades comissões nacionais de medicamentos, técnicos da DGM, prescritores, farmácia hospitalar entre outros) vi) Garantido apoio técnico à formação da comissão nacional de medicamentos 	Ministério da Saúde	20.000 \$
		OMI	<ul style="list-style-type: none"> i) Estratégia Nacional de Enigração e Desenvolvimento consolidada e Comité Nacional de M&D reforçado ii) Capacidades institucionais em sectores-chave para a promoção do Desenvolvimento de Cibo Verde (Saúde, Turismo, ICT e Agronegócios) reforçadas através da promoção do Ingresso Temporário de Profissionais Qualificados (projecto TRCN III). 		100.000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non- core)
2.1.5 Administração digna de capacidades para a coordenação, implementação, seguimento e avaliação das convenções e tratados internacionais ratificados; incluindo a submissão de relatórios periódicos de seguimento.	1. Assistência técnica para a coerência dos instrumentos jurídicos nacionais a luz dos compromissos internacionais 2. Informação e formação dos actores nacionais (corpo jurídico, parlamento, polícia e segurança, sociedade civil, media, público) em relação aos conteúdos e implicações das convenções. 3. Advocacia e assessoria para a implementação de mecanismos interinstitucionais de monitorização da implementação das convenções.	OIT	(i) Negociação sobre os serviços mínimos nos serviços essenciais nos períodos de greve lançada; (ii) Projecto de Convenção Colectiva do Trabalho (CCT) para o sector bancário elaborado e sua negociação no sector	Apoio Tripartido	57,000 \$
			Garantido apoio técnico à negociação colectiva no sector do turismo	MEDRH	20,000 \$
			Garantido apoio à elaboração/actualização do código do trabalho para garantir a adequada consideração das Normas Internacionais do Trabalho		70,000 \$
			Ações de sensibilização dirigidas aos mandantes da OIT sobre as Convenções 183 (Protecção da maternidade) e Convenção 156 (Igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares) realizadas a nível nacional.	Apoio Tripartido	30,000 \$
			Reforço das capacidades dos mandantes para: (i) Aplicação efectiva das convenções ratificadas, em particular as que dizem respeito à segurança social, através de acções diversas - sensibilização, formação/divulgação; (ii) Reconhecimento a domínio da Agenda do Trabalho Decente (ATD), em particular nos aspectos relacionados com a protecção social.		28,000 \$
			Plano estratégico sobre as Normas Internacionais do Trabalho, o diálogo social e a segurança social elaborado pelas organizações sindicais	Sindicatos (UNICT-CS, CCL)	10,000 \$
			O quadro de promoção e consolidação da Saúde e Segurança no Trabalho e Meio Ambiente (SSTE) é implementado.	MEDRH	69,000 \$
			Plano estratégico para a Associação Comercial do Sotavento elaborado e reforço das suas estruturas de gestão garantido.	Associação Comercial de Sotavento	10,200 \$
			I. A conformidade de Cabo Verde com suas obrigações de comunicação a órgãos de tratados e participação na UPR 2 aumentada. II. As leis nacionais são harmonizadas com os padrões regionais e internacionais III. NHRI estabelecido em conformidade com o padrão internacional; IV. Cabo Verde ratifica o OPCAT, CPED e seu protocolo facultativo, CPED e envia o OPIECOR nas Nações Unidas em Genebra V. Mecanismo nacional de coordenação encarregado de acompanhar a implementação das recomendações dos mecanismos internacionais e regionais criado	CNDHC, Ministério da Justiça	10,000 \$
			I. Relatórios do país às convenções das Nações Unidas sobre os direitos dos trabalhadores migrantes, sobre os direitos dos deficientes e sobre a tortura elaborados e enviados às instâncias respectivas; II. Segundo Plano de Acção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania publicado; III. Plano de educação cívica para os Direitos Humanos elaborado; IV. Direitos Humanos promovidos através da divulgação de convenções de direitos humanos incluindo a convenção de combate à corrupção assegurada; V. Grupo de professores da Praia e do Mindelo formados em linguagem gestual; VI. Visitas dos comissários dos Direitos Humanos às prisões e centros de detenção realizadas (continuação); VII. Site oficial da CNDHC reestruturado.	CNDHC	50,000 \$

Produto	Atividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Método Anual 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Estatuto 2.2: As instituições nacionais responsáveis pela segurança e a justiça garantem e promovem uma maior segurança e os direitos dos cidadãos, particularmente aos grupos mais vulneráveis.					
2.2.1 O quadro legal e de políticas de combate às drogas e aos crimes é actualizado e respeita todos os compromissos internacionais.	1. Apoio na harmonização da legislação nacional com as Convenções Internacionais em matéria de drogas e crime. 2. Assistência técnica na formulação e implementação do Programa Nacional Integrado sobre as drogas e crime.	ONUDC	(i) Quadro legal em matéria de tráfico ilícito de Migrantes, Tráfico de Pessoas e Justiça para Criança revisito, elaborado e aprovado. (ii) Processo de análise da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção retomado e concluído. (iii) Plano Nacional contra a Corrupção revisito e validado pelo Governo. (iv) Programa Nacional integrado de luta contra a Drogas e Crime (MJ/ONUDC) implementado de forma contínua	CCCD/MJ, PJ PGR, PN	80,000 \$
2.2.2 A capacidade operacional das agências de aplicação da lei é reforçada para uma efectiva prevenção e combate ao tráfico de drogas, no crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao tráfico ilícito de migrantes, à lavagem de capitais e ao terrorismo.	1. Apoio na melhoria da qualidade analítica das investigações (incluindo questões financeiras) e dos procedimentos penais dos serviços especializados (fluxos financeiros, ciência forense, médico-legal, cena de crime, etc.) 2. Apoio na capacitação das equipas conjuntas de controlo dos tráficos ilegais nos principais portos e aeroportos	ONUDC	I. Capacidade técnica do laboratório forense da Polícia Judiciária consolidada e evidência um crescente grau de conformidade com os perfis internacionais e autonomia operacional; II. Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária reforçada com requisitos mínimos de qualidade e segurança; III. Operacionalidade das Equipas Conjuntas dos Portos melhorada com a implementação das Normas de Funcionamento Padif; IV. Capacidade operacional das Células Aeroportuárias Anti-Tráfico a nível nacional reforçada com mais capacitação, instalação e utilização das principais bases de dados disponíveis, nomeadamente o I-2M/7 da Interpol e a CENComm da Organização Mundial das Alfândegas; V. Serviços de prevenção e combate à Lavagem de Capitais (LC) e Financiamento do Terrorismo reforçados em termos de capacidade técnica e operacional; VI. Sector público e privado são sensibilizados em matéria de prevenção da Lavagem de Capitais (LC) VII. Mais 1 centro CBT (Computer Based Training) instalado na região de Belverto e número de pessoas e agentes de aplicação da lei com formação CBT aproximam-se dos 500; VIII. Rede de Comunicadores em matéria de prevenção contra a corrupção estabelecida;	CCCD/MJ, PJ	275,000 \$
2.2.3 O Governo e a Sociedade Civil possuem capacidades institucionais para contribuir para a prevenção efectiva do uso de drogas e crime urbano.	1. Reforço das capacidades das instituições governamentais e da sociedade civil, incluindo ONGs, OBCs, famílias e jovens, em matéria de prevenção do uso de drogas e criminalidade urbana 2. Apoio na análise da situação e das tendências do uso de drogas e sua relação com o crime urbano.	OMI	Capacidade reforçada de identificação e assistência a vítimas de tráfico de seres humanos de 15 instituições nacionais (Instituições Públicas, PN, ONGs, etc)	MAI	35,000 \$
2.2.4 Instituições de justiça criminal possuem uma capacidade reforçada para fazer justiça de forma justa, equitativa e efectiva.	1. Apoio no reforço das capacidades técnicas dos operadores de justiça criminal 2. Apoio ao desenvolvimento de medidas efectivas para a protecção das vítimas, dos menores e das testemunhas. 3. Apoio à reforma do sistema prisional e de reinserção social dos reclusos condenados 4. Apoio na reforma do sistema judicial e do mapa judicial 5. Apoio no desenvolvimento de estratégias e mecanismos que facilitem a consciência jurídica e promovam o acesso à informação jurídica, com ênfase nos grupos vulneráveis 6. Apoio ao desenvolvimento e operacionalização de um sistema de alternativas à prisão. 7. Melhorar a assistência jurídica e o aconselhamento, bem como os sistemas públicos de defesa.	ONUDC	I. Mais 60 membros da ONGs, OBCs e de Núcleos Concelhos com competências reforçadas em matéria de prevenção da droga e crime nas comunidades a nível nacional; II. Mais 100 Famílias representativas de todos os concelhos do país com competências reforçadas em matéria de prevenção de drogas e crime a nível nacional; III. Mais 10 Escolas de ensino secundário e básico com projectos e iniciativas de prevenção de droga a nível nacional; IV. CCDD (Comissão de Coordenação do Combate à Drogas) com capacidade técnica e operacional reforçada para coordenação das acções de prevenção - quadro legal revisito e capacidade institucional reforçada; V. Actividades de sensibilização alusivas ao Dia Mundial contra as Drogas realizadas a nível nacional	MJ MED	70,000 \$
2.2.5 O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.	1. Apoio na avaliação do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde em conformidade com as normas internacionais 2. Apoio na formulação e implementação de um programa que visa a melhoria da capacidade de resposta do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde.	ONUDC	(i) Profissionais dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social com capacidade técnica e operacional reforçada nas áreas de prevenção e tratamento; (ii) Processo de revisão do quadro legal em matéria criminal iniciado e apresenta propostas visando reforçar a harmonização da ordem jurídica nacional às Convenções internacionais (assistência técnica e advocacia); (iii) Realizado mais um ciclo de conferência sobre Justiça Criminal no quadro do processo de revisão do Código Penal e Código de Processo Penal; (iv) Profissionais da justiça, especialmente magistrados, com formação especializada em justiça criminal (v) A biblioteca dos Tribunais reforçada com material didáctico	MJ/CCDD, DOPRIS, CSM, CSMI	150,000 \$
		ONUDC	(i) Plano de Trabalho 2014 do programa conjunto ONUDC/UNICEF visando a reforma do sistema de justiça para criança implementado, com os seguintes resultados: (ii) Quadro Legal: Assistência técnica no processo de elaboração da proposta de lei sobre regime especial eventual revisito da lei de abuso e exploração de menores; (iii) Capacitação: Actores da justiça para criança formados; (iv) Sistema de informação integrado de justiça para criança adaptado a realidade Caboverdiana esboçado e submetido ao governo para aprovação.	MJ/CCDD, DGRS	98,710 \$

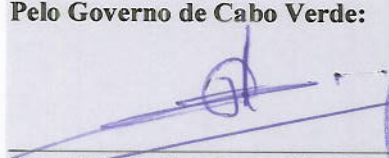
Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponível (Recursos Core + Non-core)
Eixo 2.3: O diálogo e a participação das diferentes atores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são garantidos.					
2.3.1 A sociedade civil e as redes aumentam a sua participação nos processos chave do desenvolvimento nacional, incluindo o monitoramento dos ODMs, o seguimento de compromissos internacionais com os Direitos Humanos, a implementação do DCRP, e o engajamento Estado-cidadão reforçado para uma governação responsiva e de prestação de contas.	1. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave das mulheres 2. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave da juventude 3. Advocacia com partidos políticos e tomadores de decisão relativamente às questões das agendas (mulheres/jovens) 4. Definição e implementação de plataformas de participação e monitorização de processos-chave, tais como o DCRP 5. Desenvolvimento e/ou reforço das estruturas de diálogo social 6. Reforço dos programas de comunicação e educação para a promoção da cidadania e da participação cívica 7. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e iniciativas pilotos 8. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável 9. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e a iniciativas piloto 10. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável	ONU MULHERES	I. 35 profissionais da comunicação social treinados em género e VBG para a implementação de campanhas de prevenção e iniciativas de advocacy; II. Desenvolvida estratégia de advocacy para o reforço da institucionalização de respostas à VBG desenvolvida por organizações da sociedade civil; III. Capacidades de advocacy da Rede de Mulheres Parlamentares e coligações de mulheres são aumentadas (em matéria de Direitos Humanos de Mulheres, quadros de normativos e de acção internacionais e nacionais de igualdade de género e direitos das mulheres e de trabalho); IV. Elaborada uma proposta de quadro normativo específico para o trabalho doméstico	ICIEG (com Rede de Mulheres Parlamentares e ONGs)	57,600 \$
		UNV			13,500 \$
		OHCHR	I. Organizações da sociedade civil vêm reforçadas as suas capacidades para a apresentação de relatórios aos mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos; II. Uso crescente por parte da sociedade civil (especialmente jovens e mulheres), dos direitos humanos, dos instrumentos de direitos humanos e dos mecanismos internacionais de direitos humanos	ICIEG	5,000 \$
		UNHABITAT	I) Implementado um plano para a Semana da Cidadania Territorial e Urbana 2014, com debates sobre o tema "Bairros Informais em Cabo Verde" em diferentes fóruns; II) Criada e dinamizada a Rede Nacional de Jovens para o Desenvolvimento Urbano", em particular nos bairros informais.	MANOT	10,000 \$
		UNDP	Projeto Piloto de inclusão social dos jovens implementado nos três bairros seleccionados da Praia e com plano de expansão definido: a. 1500 jovens beneficiam das oficinas artísticas e culturais e de apoio escolar e orientação profissional, com o apoio da ONG brasileira Afroggae; b. 40 jovens multiplicadores estão capacitados para a multiplicação e expansão das ações de formação e inclusão social; c. 4 ONG's nacionais têm a sua capacidade de atuação comunitária e junto aos jovens reforçada, a partir da transferência de tecnologia social (cooperação Sul-Sul) d. 450 famílias destas comunidades beneficiam do acompanhamento técnico familiar por técnicos sociais capacitados no domínio; e. Ao menos 100 crianças e jovens em situação de exclusão ou abandono escolar beneficiam do programa de reintegração escolar, alfabetização e/ou formação técnica e profissional; f. Plano de reintegração escolar e de formação profissional definido com o MED e organizações de formação profissional numa experiência piloto a ser expandida a outros pontos do território nacional; g. Ao menos 20% da população dos 3 bairros (total de 16 mil residentes), beneficiam de ações de promoção para a criação de mecanismos de acesso aos serviços sociais; h. Uma rede de parceiros públicos, da sociedade civil e privados é estabelecida e contribui de forma concertada com ações que beneficiam esses jovens e suas comunidades.	MEDHR, MED, MC e ONGs	85,000 \$
		UNFPA			40,000 \$
		UNICEF			30,000 \$
TOTAL PILAR 2					5,480,833 \$



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR III	Redução das disparidades e iniquidades	
Agência Líder	OMS	
Agência co-Líder	UNICEF / UNFPA	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	OIT	442,500
	OMS	481,000
	ONU HABITAT	95,000
	ONU MULHERES	47,000
	ONU DC	113,000
	PNUD	150,000
	UNFPA	250,000
	UNICEF	50,000
	UNV	20,000
	TOTAL	1,648,500
Parceiros nacionais	INPS, CNPS, MJEDRH, MS, ICCA, MAHOT, ANMCV, CCCD, MED, CNDHC, Plateforme ONGs, CCS-SIDA, ANV	

Pelo Governo de Cabo Verde:



Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros


Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:


Coordenadora Residente


Data


Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2013-2016	Agência	Metade anual 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Cora + Non-core resources)
3.1.2 Políticas sectoriais chave são revistas para ter em conta as desigualdades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.	1) Quadro institucional para a luta contra o trabalho infantil em Cabo Verde foi reforçado; 2) Situação do trabalho infantil em Cabo Verde e do conhecimento das instituições e da sociedade e as acções foram tomadas; 3) Assistência técnica para identificação de opções de intervenção para respostas específicas às situações de disparidade nos diferentes sectores-chave; 4) Reforço das capacidades para orçamentação e relatório dos investimentos nos sectores-chave com vista à redução das disparidades mapeadas; 5) Reforço das capacidades para a elaboração do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social e implementação de projectos-piloto de habitação urbana nos bairros espontâneos.	ONU HABITAT	i) Quadro institucional e plano de acção pormenorizado para a execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (PNUCC) elaborado e aprovado; ii) Estratégia de Mobilização de recursos e de advocacy do PNUCC criada e aprovada; iii) Recursos financeiros garantidos por parte dos parceiros de cooperação, Governo e as autoridades locais que permitam o arranque da implementação do PNUCC; iv) Desenvolvimento de capacidades e ferramentas técnicas elaboradas e as subsequentes actividades de capacitação realizadas para facilitar a implementação do PNUCC; v) Assistência técnica para facilitar a implementação do papel de cada actor de intervenção serão determinados visando a formulação de uma Política Urbana Nacional (NUP).	MANOT ANMCV	50,000 \$
		ONU MULHERES	(i) 15 Instituições públicas são capacitadas em transversalização da abordagem de género durante as diferentes fases do processo de elaboração do Plano Nacional de Igualdade (2 workshops and 3 encontros sectoriais); (ii) um "pool" de 20 auditores participativos de género criado e capacitados; (iii) um "pool" de 20 técnicos/ técnicas de diferentes Ministérios treinados em planificação e orçamentação sensível ao género	ICEG (com sectores e MCA III)	47,000 \$
Efeito 3.2. As instituições centrais, desconcentradas e locais asseguram a prestação equitativa de serviços de qualidade.					
3.2.1 A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	1) Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo a nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UD, reinserção social de reclusos, entre outros) 2) Reforço das capacidades municipais para a planificação e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres 3) Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo 4) Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos	UNFPA	i) Capacidade técnica dos prestadores de saúde reforçada para seguimento de atendimento pré-natal, planeamento familiar, Atenção Integral à Saúde da Mulher (ASM); ii) Capacidade técnica dos prestadores de saúde reforçada em Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência (CONU) nas estruturas de saúde com serviço de maternidade iii) Ministério da Saúde com instrumentos de seguimento e atendimento pré-natal, planeamento familiar, Atenção Integral à Saúde da Mulher (ASM), revisitos e implementados iv) Plano de acção do Ministério da Saúde para a aceleração dos ODMs apoiado técnico e financeiramente nos domínios: formação em cuidados obstétricos e neo-natais de urgência nos diferentes níveis; aprovisionamento de kits de urgência CONU v) Intervenções eficazes identificadas e implementadas para acelerar o acesso universal à saúde materna, recém-nascido e crianças/búlbulas de morte maternas visando a aceleração da realização dos ODMs; vi) Programa de luta contra o cancro do aparelho reprodutivo apoiado com vista à determinação das necessidades para introdução de vacina contra o HPV e formação técnica em rastreio de cancro colo do útero vii) Protocolos de atendimento nos diferentes níveis quanto à prestação dos cuidados maternos e neo-natais definidos e implementados em todas as estruturas de saúde do país	Ministério da Saúde ICEG	25,000 \$
		OMS			70,000 \$

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2016 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal structure nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core + Non-core resources)
3.2.1 A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	1) Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo de nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UDs, reinserção social de reclusos, entre outros) 2) Reforço das capacidades municipais para a planificação e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres 3) Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo 4) Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos	UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> i) Programa Alargado de Vacinação (PAV) reforçado, incluindo a realização de uma avaliação externa do programa e actualização dos instrumentos de identificação estratégica plurianual do PAV (introdução das novas vacinas e estratégia de eliminação do sarampo e da rubéola); ii) Estratégia municipal de erradicação da Poliomielite implementada e monitorizada a nível nacional (Campanha nacional de vacinação, vigilância PFA, plano de contingência...); iii) Programas de suplementação e fortificação em micronutrientes domiciliária e escolar para redução das carências em micronutrientes (ferro/iodo/Vit.A) apoiados e integrados na Iniciativa Escolas Promotoras de Saúde; iv) Programa de Promoção do Aleitamento Materno reforçado com consolidação do Banco de Leite Materno e intervenções realizadas para o Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC); v) Apoio fornecido à implementação do plano de acção para a aceleração da realização dos ODM ligados à saúde infantil (Atenção integrada às doenças da infância, adaptação e aplicação das directrizes para prevenir os óbitos) vi) Apoio técnico fornecido à capacitação em vigilância epidemiológica das doenças evitáveis pela vacinação (no âmbito da vigilância integrada das doenças e resposta) e seguimento do programa alargado de vacinação e elaboração dos relatórios; vii) Orientações técnicas da OMS sobre a vigilância integrada das doenças revistas e implementadas, incluindo a acreditação dos laboratórios; viii) Apoio técnico fornecido ao M. da Saúde para o seguimento da saúde dos recém-nascidos através das coortes dos recém-nascidos 	Ministério da Saúde	40,000 \$
		OMS		Ministério da Saúde M. Educação INE	176,000 \$
		ONUDC	<ul style="list-style-type: none"> i) 80 profissionais de saúde com formação especializada em matéria de tratamento das dependências (procede treatment); ii) Protocolos de tratamento e reinserção social das dependências elaborados; iii) Experiência piloto One Stop Shop implementado e avaliado; iv) Alié livre sem drogas criada no Estabelecimento prisional de S. Martinho; v) 80 ONGs e OBCs formados em matéria de prevenção e tratamento das dependências; vi) 2 Atelier de socio-profissionais (reinserção social) estabelecidos na Comunidade Terapêutica. 	MJ/CCCD & MS; Plataforma das ONG de Cabo Verde	113,000 \$
		PNUD	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade técnica e institucional da DGDAL são reforçadas através de: <ul style="list-style-type: none"> - monitoragem do sistema de seguimento da descentralização/observatório de descentralização - formação/ troca de experiência dos técnicos e pessoal dirigente da DGDAL em matéria de desenvolvimento e governação local - Espaço de diálogo e de debates sobre a descentralização e acção municipal criado e consolidado através de: - finalização do estudo retrospectivo sobre a descentralização em Cabo Verde (3º produto) - Realização da Cimeira sobre a descentralização - Realização de jornadas de descentralização - Realização do Fórum sobre o Desenvolvimento Local - Capacidade dos eleitos e técnicos municipais reforçados e Administração Municipal modernizada através de: - formação e capacitação técnica dos eleitos e quadros dos municípios em gestão municipal e legislação autárquica - Realização de um estudo sobre a intermunicipalidade em Cabo Verde - Modernização administrativa e organizacional em três municípios piloto. - Reestruturação do sistema de apoio aos Municípios pela DGA com suporte electrónico (on line) 	Direção Geral de Administração Local (DGDAL)	150,000 \$
		OIT	Apoio técnico para a reconstrução do website do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS).	Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS)	40,000 \$
		ONU HABITAT	Adaptadas ao contexto nacional de Cabo Verde, as Linhas Directrizes internacionais para a Descentralização e Acesso aos Serviços Urbanos de Base para Todos visando preencher os gaps existentes na inclusão das populações urbanas.	MAHOT ANICV	40,000 \$

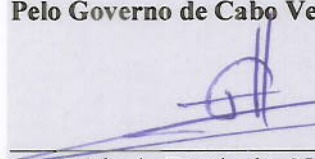
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo(s) Dispositivo(s) (Correção de recursos)
3.2.2 Respostas intersectoriais são fornecidas aos direitos à saúde sexual e reprodutiva, particularmente para os jovens e as mulheres.	1) Apoio à elaboração e implementação de documentos estratégicos em Saúde reprodutiva (SR); 2) Reforço das capacidades nacionais intersectoriais para a supervisão e coordenação técnica em SR.	UNFPA	i) Programas de Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes e Jovens consolidados e instrumentos de planificação estratégica elaborados em concertação com os sectores da Saúde/Educação/Juventude/Sociedade Civil ii) Mecanismo definido e funcional de coordenação intersectorial das intervenções para a saúde reprodutiva visando a aceleração da realização dos OMD iii) Visitas de supervisão integrada das estruturas de saúde implementadas e monitorizadas;	CCS-SIDA	200,000 \$
		OMS	i) Estratégias de proximidade com as populações-chave (TS/UD/MSH) elaboradas e implementadas enquadrando no perfil da epidemia do VIH/SIDA - perfil concentrado;		10,000 \$
		UNFPA	ii) Rede das Pessoas que Vivem com VIH reforçada para a implementação dos seus planos de ação		25,000 \$
		UNICEF	iii) Programa de Prevenção da Transmissão Vertical reforçado; iv) Apoio assegurado para o seguimento comunitário das Pessoas que Vivem com o VIH, incluindo mães e crianças, nos pólos de Sotavento e de Barlavento; v) Realização de estudo APIS (AIDS prevention indicators survey) apoiado técnico e financeiramente em parceria com o Fundo Global e parceiros nacionais		10,000 \$
3.2.2 Uma resposta multisectorial às IST/VIH/SIDA, tuberculose e abuso de drogas implementada, focalizada nas populações mais em risco e vulneráveis.	1) Reforço dos mecanismos de recolha de informações e seguimento dos programas IST/VIH/SIDA, Paludismo, tuberculose, com uma atenção particular às populações com comportamentos de risco acrescido 2) Reforço da capacidade de implementação e seguimento dos programas para o acesso universal aos serviços IST/VIH/SIDA/TB e Paludismo, incluindo a atenção psicossocial, com enfoque nos OEV 3) Reforço das capacidades para a concepção e implementação de programas de sensibilização, desestigmatização e tratamento de VIH-SIDA, que dêem uma resposta integrada às populações com comportamentos de risco acrescido, incluindo TPB e UD, e seus parceiros, reclusos, etc. 4) Apoio às actividades de prevenção ao uso de drogas, HIV/SIDA, tuberculose e hepatite nas prioridades; 5) Apoio à participação das PVHIV - pessoas vivendo com o VIH - na luta contra a SIDA; 6) Prevenção e Tratamento do HIV entre os usuários de drogas, em particular mulheres e jovens 7) Reforço da cobertura de protecção social para as populações mais vulneráveis	OMS	i) Apoio técnico fornecido M. Saúde com vista à actualização dos protocolos, guias e instrumentos à luz das directrizes mundiais e regionais de vigilância epidemiológica e seguimento do programa, prevenção, diagnóstico e tratamento do VIH/SIDA e das IST ii) Apoio técnico fornecido e capacitação dos quadros do M. Saúde para a implementação da vigilância epidemiológica do VIH/SIDA de 2ª geração iii) Apoio fornecido ao seguimento do plano estratégico de luta contra a TB, incluindo a implementação de um mecanismo de colaboração intersectorial iv) Apoio técnico fornecido à vigilância epidemiológica da TB/VIH integrada no Sistema de Informação Sanitária v) Apoio técnico fornecido à supervisão e avaliação anual do programa da Tuberculose vi) Apoio técnico fornecido para a actualização das directrizes técnicas da TB e sua implementação vii) Apoio fornecido à planificação e gestão do programa do paludismo a nível das Delegações de Saúde viii) Orientações técnicas implementadas para o reforço das capacidades de vigilância e de seguimento do programa nacional de luta contra o paludismo ix) Apoio técnico fornecido para a capacitação dos técnicos do M. de Saúde e actualização das medidas de política e directrizes do manejo dos casos conforme a estratégia de eliminação do paludismo	Ministério da Saúde CCS-SIDA	40,000 \$
Efeito 3.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, exigem e utilizam serviços de qualidade					
3.3.2 As capacidades das comunidades, particularmente as mais vulneráveis, são fortalecidas para a adopção de práticas essenciais que promovem o desenvolvimento integral dos seus membros, e aumentam a demanda de serviços sociais essenciais.	(1) Programas de defesa nos média sobre o desenvolvimento urbano	ONU HABITAT	i) Conhecido e divulgado um vídeo sobre cidade territorial e urbana (em parceria com a AIOC - Associação de Jornistas de Cabo Verde) nas comunidades dos salinos informais das Ilhas Turísticas (Boavista, Sal e Maio).	MANOT AIOC	5,000 \$
3.3.2 O voluntariado nacional é ampliado para assegurar uma cidadania ativa e reforçar a cidadania territorial por meio de estratégias e intervenções-chave de desenvolvimento a nível local.	Realizar capacitação interna na Agência Nacional do Voluntariado; Implementação de um sistema de monitorização, seguimento e avaliação. Consolidar o quadro legal sobre voluntariado Realizar formações para as organizações mobilizadoras de voluntariado sobre a mobilização, gestão dos/as voluntários/as e para a intervenção na comunidade. Elaborar um plano conjunto com o Ministério das Comunidades para a Promoção do Voluntariado na Diáspora	UNV	i) Assistência técnica para desenho e implementação de um sistema de monitoramento e avaliação das organizações mobilizadoras de voluntariado; ii) Assistência técnica ao Corpo Nacional de Voluntários de Cabo Verde para elaboração de estratégia de mobilização de recursos junto ao setor privado iii) Produção e disseminação de inquérito sobre o perfil do voluntariado em Cabo Verde; iv) Elaboração de projeto sobre voluntariado jovem (de inclusão); v) Avaliação do projeto Apoio à implementação de um programa nacional de voluntariado em Cabo Verde.	Corpo Nacional de Voluntários de Cabo Verde	20,000 \$
TOTAL PRIAR 3					1,648,500 \$



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR IV	Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas	
Agência Líder	PNUD	
Agência co-Líder	ONU DC	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	OMS	7,000
	FAO	613,285
	PNUD	3,469,400
	ONU HABITAT	55,000
	OMS	10,000
	UNICEF	30,000
	UNFPA	35,000
	ONUDI	1,017,180
	UNV	1,688
	UNEP	150,000
	UNESCO	10,000
	UNOPS	546,750
	TOTAL	5,945,303
Parceiros nacionais	MS, MDR, INMG, MAHOT, INGRH, MAHOT, MTIE, CN-UNESCO, ONGs, OSC, ACB, CMRB, MED, Plateforme ONGs	

Pelo Governo de Cabo Verde:


Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros



26/02/2014
Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:


Coordenadora Residente



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

26/02/2014
Data

Plano de Trabalho Anual 2014 Oza UI					
PRIAR II - Sustentabilidade ambiental e adaptação às mudanças climáticas					
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2015	Agência	Objectivo Anual 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo Disponível (Recursos Core + Non-core)
Bêta 4.1. As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, de mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.					
4.1.1 O quadro legal e regulamentar de governação ambiental integra os princípios de sustentabilidade, equidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação • Apoio à implementação e seguimento das convenções dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal • Apoio à implementação e seguimento das questões relativas às Mudanças climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planeamento do desenvolvimento com uma atenção especial às questões de género e dos direitos humanos. • Apoio na identificação e implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas, prevenção e redução de riscos no ordenamento do território e na planificação urbana 	OMS	<ul style="list-style-type: none"> i) Relatório nacional de avaliação dos riscos ambientais para a saúde elaborado e publicado ii) Apoio técnico ao Ministério da Saúde para elaboração de um plano de preparação e resposta a situações de urgência iii) Apoio aos comités técnicos multisectoriais e de coordenação para o seguimento da implementação da Declaração de Liberdade e do plano de acção de adaptação da saúde pública às mudanças climáticas iv) Elaboração/adaptação e divulgação de normas e directrizes sobre os riscos ambientais e profissionais para a saúde. 	Ministério da Saúde	7,000 \$
		FAO	i) Apoio à criação de espaços verde através do Projeto Floresta urbana e agricultura periurbana	MOR-DOAR	150,000 \$
		FAO	i) Apoio de emergência a famílias vulneráveis em Cabo Verde afectadas pela insegurança alimentar e a malnutrição	MDA	463,385 \$
		PNLD	i) Aprovação da Resolução DL 3/2003 sobre o regime jurídico das AP. ii) Assistência técnica para a revisão do quadro legal e institucional para a mitigação de riscos de desastres na planificação sectorial e do desenvolvimento e ordenamento do território	DSG/MAHOT DGOCTU/MAHOT	
		PNLD	i) Assistência técnica para desenvolvimento de ferramentas para a integração efectiva dos riscos e oportunidades das Mudanças climáticas nos processos de planeamento, organização e seguimento de programas e planos de acção. ii) Assistência técnica para a revisão do quadro legal e institucional para a mitigação de riscos de desastres na planificação sectorial e do desenvolvimento e ordenamento do território	MOR	2,334,000 \$
		PNLD	i) Desenvolvimento dum quadro regulatório e mecanismo institucional para a produção e recolha de dados em todos os sectores para o inventário sistemático de Gases a efeito de estufa no quadro da convenção UNFCCC ii) Reforço de capacidades para a análise das mudanças climáticas e os seus impactos nos diferentes sectores (downscaling and forecasting) iii) Desenvolvimento de capacidades para a monitorização e financiamento de projectos de mitigação de emissões de carbono através dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)	INMG	213,000 \$
4.1.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais associados ao género, às crises e à liberdade.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação • Apoio à implementação e seguimento das convenções dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal • Apoio aos mecanismos de integração das questões relativas às Mudanças climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planeamento do desenvolvimento com uma atenção especial às questões de género e dos direitos humanos. • Apoio na identificação e implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas, prevenção e redução de riscos no ordenamento do território e na planificação urbana 	ONU HABITAT	<ul style="list-style-type: none"> i) Em parceria com as autoridades locais, promoção da sensibilização da população sobre os resíduos sólidos, reciclagem, espaços verdes (plantação de árvores, criação de espaços de lazer) e eficiência energética. ii) Guia e manual de boas e más práticas sobre o território, particularmente nos bairros informais elaborados. iii) Estudos e dinamização dos conselhos municipais das cidades. iv) Campanhas visuais de sensibilização em coberturas territoriais e urbanas nos bairros informais, com base nos modelos da campanha "I am a City Champion". v) Condições para projectos "Bairros Criativos", em parceria com o Ministério da Cultura. 	MAHOT, MEM, Ministério Cultura, ANMVC, Plataforma ONGs	55,000 \$
		OMS	<ul style="list-style-type: none"> i) Monitorização dos comités técnicos multisectoriais e de coordenação e pontos focais das diferentes instituições capacitadas na avaliação dos riscos ambientais para a saúde ii) Apoio técnico para a integração nos Planos intersectoriais de questões ambientais e de saúde iii) Pontos focais de diferentes instituições e das comissões nacionais de coordenação intersectorial capacitadas na gestão de catástrofes e situações de emergência associadas ao clima 	MS	10,000 \$

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objetivo Anual 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principais estruturas nacionais responsáveis	Fundo(s) Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
4.1.2 As capacidades das instituições nacionais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de resposta aos desastres naturais, incluindo a integração do género, da ciência e a juventude.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação Ambiental e Programas de formação profissionalizante no domínio ambiental • Reforço das capacidades sectoriais na formulação de políticas e implementação de programas de gestão ambiental, incluindo a resposta aos desastres, incluindo enfoque na integração do género e questões das crianças/jovens • Reforço aos Sistemas Nacionais de Estatística Ambiental, Informação Ambiental (SIA) e Água • Apoio à implementação de Programas estratégicos: PAZRIH, PAMA II, NAPA, NAMA, Plano Nacional de Saneamento 	PNLD	<ul style="list-style-type: none"> (i) Base de dados de desastres e vulnerabilidade para o reporte de ocorrência como base do Observatório Nacional de Desastres Operacional (ii) Reforçada as capacidades para a avaliação de risco e o controlo informado de ocorrência de desastres (iii) Formação em "data entry" dirigida a instituições nacionais e locais (iv) Perfil nacional de perigos, incluindo avaliação de perigos de epidemias, é concluído e integrado no SMIR (Sistema Nacional de Informação de Riscos) (v) Análise de Vulnerabilidade e Perfil de Riscos nacional concluído e integrado no Sistema Nacional de Informação sobre Riscos (SNIR) (vi) Quadro Institucional Legal para a redução de riscos de desastres e propostas de melhoria substanciais (vii) Reforço das capacidades em sistemas de informação geográfica (SIG) aplicados à avaliação de perigos e riscos de desastres e a gestão de desastres 		75,000 \$
		UNICEF		SNICIL, MAHOT	30,000 \$
		UNFPA			35,000 \$
		PNLD	<ul style="list-style-type: none"> (i) As capacidades nacionais são reforçadas para a identificação de medidas apropriadas de mitigação das emissões de gases a efeito de estufa (ii) NAMA's (Laboratórios sectoriais nacionais de medidas apropriadas de mitigação dos gases com efeito de estufa são elaborados e submetidos ao registo do UNFCCC) 	DDA/ MAHOT DGO/DA/MAHOT	40,000 \$
4.1.3 Planificação e implementação de políticas de crescimento "verde" apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento da política nacional e dos quadros institucionais, através da integração das políticas de gestão das estratégias nacionais de desenvolvimento, de redução da pobreza e plano de desenvolvimento de baixo carbono. • Apoio à definição legislativa, formulação e implementação de políticas de crescimento verde, eficiência energética, baixo carbono e produção mais limpa • Reforço das capacidades nacionais para a implementação de estratégias de gestão de resíduos • Apoio ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias para a energia solar, energia eólica, hidroeléctrica, para maior eficiência energética a nível doméstico e institucional • O documento de projecto de integração da conservação da biodiversidade no desenvolvimento do sector turístico e nas operações turísticas e do sector das pescas é elaborado e submetido ao Secretariado do GEF para a sua aprovação 	ONCD	<ul style="list-style-type: none"> (i) Sector do Turismo (Hotéis e Pousadas) Implementam Produção mais Limpa (ii) Empresas e organizações comerciais e implementam metodologias de Produção mais Limpa e o Plano Nacional de Produção mais Limpa é implementado pelas Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços (iii) Dão exemplos de demonstração de energias renováveis concebidas e implementadas em cinco ilhas: S. Nicolau, Brava, S. Vicente, S.ã, Santiago e S. Antão (iv) Estudo de opções para fornecer 100% de energia renovável conduzido para Brava (v) Regulação, estratégia e plano de acção para o desenvolvimento de tecnologias de pequena e média escala de energia renovável desenvolvidos (vi) 50 Centros capacitados em técnicas de energias renováveis: HOMER/RETScreen, Sistemas Híbridos para electrificação rural e Energia Eólica (vii) Doze sistemas de iluminação solar instalados em campos de futebol, pavilhões e mercados locais 	MTIE	837,180 \$
			<ul style="list-style-type: none"> (i) Auditoria Energética efectuada às Casas da Cultura e respectivos investimentos em energias renováveis e medidas de eficiência energética identificadas 	MC	5,000 \$
		UNW	<ul style="list-style-type: none"> (i) Plano Nacional de Implementação da Convenção de Educação sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) em Galois Verde actualizado (ii) Centros nacionais preparados para gerir os dois novos POP's com competências técnicas reforçadas. (iii) Inventário de e-resíduos realizado em Cabo Verde e uma estratégia para a sua gestão elaborada. 	MAHOT	170,000 \$
		PNLD	<ul style="list-style-type: none"> (i) O sistema de bombagem solar para a reedificação da água da ETAR de Santa Cruz instalado (ii) Acções demonstrativas de adaptação às mudanças climáticas são concluídas: <ul style="list-style-type: none"> 20 hectares de terrenos agrícolas recebem o sistema de irrigação "gota-a-gota" 1 hectare de terrenos agrícolas recebem o sistema de irrigação "gota-a-gota" Até menos 2 sistemas de bombagem solar instalados (Santo Antão e Santiago) Até menos 2 sistemas de captação de água das chuvas instalados (Santo Antão e Santiago) (iii) Os projectos tecnológicos de desmineração de terras raras de gestão de águas e clima smart agricultura são elaborados (iv) Programa de pesquisa sobre agricultura adaptada às mudanças climáticas e condições de segurança para a reedificação de águas residuais na agricultura é apoiado (v) Assistência técnica para o desenho de padrões, métodos e regulações de segurança para a reedificação de águas residuais na agricultura. 	- INGERH-MAHOT - INDA/ODADR-MOR	205,000 \$
			<ul style="list-style-type: none"> (i) O documento do projecto "Eficiência energética no sector de construtoras e electrodomésticos" é validado e submetido ao Secretariado do GEF para aprovação (ii) Conceito institucional para a identificação de águas pluviais para a melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos, são realizadas (iii) Acções de sensibilização e reflexão técnica organizada sobre boas práticas e vantagens da arquitectura bioclimática para atingir a eficiência energética e um desenvolvimento de baixo carbono 	ODE/NATE DGA/MAHOT	76,000 \$

Predator	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Resol 2016 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo Disponível (Recursos Diretos e Não-diretos)
Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento humano.					
4.2.1 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, a biodiversidade e a reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e implementação das reservas da biosfera. • Consolidação do sistema das áreas protegidas • Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação da biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis • Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de gestão sustentável dos recursos marinhos • Integração da prioridade da diversidade biológica, sustentável e a prova do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e do turismo. • Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes. 	PNULD	<p>i) As normativas dos planos de gestão de 14 áreas protegidas são aprovadas e publicadas no Boletim oficial</p> <p>ii) As normativas de 7 planos de eco-turismo são aprovadas e publicadas no Boletim oficial</p> <p>iii) Finalização da revisão da legislação (do Decreto-Lei nº 3/2003 sobre Áreas Protegidas)</p> <p>iv) 40 Associações locais e ONGs são envolvidas em actividades inovativas à gestão sustentável dos recursos naturais enquadradas na implementação dos planos de gestão, das pequenas intervenções previstas pelo projecto, etc)</p> <p>v) Realização de estudos de impacto ambiental e de avaliação de risco para a implementação dos planos de gestão</p> <p>vi) Os quadros do Organismo Autónomo das Áreas Protegidas (OASAP), a nível central e local são actualizados no Planeamento e Gestão das APs, SIG</p> <p>vii) Os estudos preliminares de sobre desenvolvimento comunitário (sociocombinário) e biodiversidade das 14 áreas protegidas são actualizados</p> <p>viii) 6 Documentos Detalhados dos Planos de Gestão, 7 Documentos Detalhados dos Planos de Eco-turismo são aprovados</p> <p>ix) Fórum sobre Definição de melhores indicadores para a recolha de dados que traduzam o esforço de conservação das Tarangas Marinhas</p> <p>x) 1ª e 2ª Fases de intervenção do projecto são finalizadas e os standards para a sinalização e infraestruturas de interpretação e orientação nas APs são aprovadas.</p>	MANOT/DGA	937,000 \$
			<p>xi) 4 planos de registos nos sítios de intervenção do projecto (SUA, Boa Vista, S. Vicente e Santo Antão) são elaborados</p> <p>xii) Os planos de monitorização, incluindo indicadores-chave nas sete APs (Sul, Sul (2), Boa Vista, São Vicente, Santo Antão (2), Fogo são elaborados.</p> <p>xiii) Os quadros de definição de indicadores "MANOT" para a recolha de dados que traduzam o esforço de conservação das Tarangas Marinhas são actualizados</p> <p>xiv) De acordo com as Estratégias e Gestão das Planas Insulares, 13 hectares sujeitam a eliminação de espécies invasoras.</p>		
			<p>i) O documento do Projecto (PRODOC) "Integração da conservação da biodiversidade nos sectores do turismo e pesca é validado e submetido ao GEF</p>	MANOT/DGA	102,000 \$
			<p>Análise sobre a integração do turismo sustentável na planificação setorial realizada</p>	MTIE	67,000 \$
			<p>i) Desenvolvimento e aplicação de ferramentas para a gestão durável dos recursos marinhos e costeiros na eco-região WAMER.</p> <p>ii) Melhora da contribuição dos produtos turísticos para a segurança alimentar no país através de apoio a iniciativas de transformação</p> <p>iii) Capacidades das organizações da sociedade civil e parlamentares são reforçadas para promover políticas públicas de pesca sustentável e conservação da biodiversidade.</p>	WWF-DGP/DGA	200,000 \$
4.2.2 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a preservação dos recursos naturais, a biodiversidade e a reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.		UNEP	<p>i) Inventário dos processos de monitorização nacionais relacionados com o desenvolvimento, a GIBH, a eficiência do uso da água e do meio ambiente</p> <p>ii) Análise de Sin, revisão e avaliação das necessidades de arranjos institucionais existentes para a gestão da água disponível</p> <p>iii) Apoio ao processo nacional de consulta através da melhoria da capacidade de análise e desenvolvimento de planos de gestão integrada dos recursos hídricos</p> <p>iv) Estratégia para a formação especializada em GIBH para os membros do Apes com especial consideração das questões de género e desenvolvimento para Cabo Verde</p>	MANOT/DGA	150,000 \$
		PNULD	<p>Protecção dos recursos hídricos subterrâneos, estabilização dos terrenos costeiros e promoção de actividades produtivas em áreas costeiras através do planeamento e gestão integrada da recolha, tratamento e reutilização de águas residuais demonstrados no "Tarradil, Ilha de Santiago.</p>	MANOT/DGA	324,500 \$
		UNESCO	<p>Capacidades são melhoradas na integração do ESD into national Education Policies</p>	MTIE	10,000 \$

Problema	Actividades principais da UNCAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo(s) Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 4.3 As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de relevância ambiental e formulam, implementam e avaliam projectos comunitários de gestão sustentável dos recursos naturais.					
4.3.1 O empoderamento socioeconómico das populações vulneráveis, em particular as mulheres e os jovens, é melhorado como a promoção de práticas sustentáveis de uso sustentável dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> Reforço das capacidades das comunidades na habitação e gestão das áreas florestais. Apóio a programas de promoção socioeconómica das populações vulneráveis, com ênfase nas mulheres e jovens para o uso sustentável dos recursos naturais e de eliminação das práticas nocivas ao ambiente. Reforço das capacidades específicas dirigidas às mulheres e jovens no uso sustentável de terras agrícolas e florestais. Reforço/Criação de programas sustentáveis de recuperação das actividades de ocupação das mulheres na extração de lençóis. 	UNOPS	<p>i) 9 micro projectos de iniciativa comunitária que conservem e volutem recursos naturais nas áreas protegidas, são apoiados emissor de gases a efeito de estufa em 4 comunidades rurais no anupalelo.</p> <p>ii) 7 iniciativas que reforcem as capacidades de resiliência às mudanças climáticas e que ao mesmo tempo promovam a gestão integrada de recursos naturais, em comunidades rurais e vulneráveis são implementadas, com especial ênfase no empoderamento das mulheres e na equidade do género no Ilhas de Boavista, Santo Antão e Brava.</p> <p>iii) Capacidades de 140 Organizações da Sociedade Civil (OSC) são reforçadas nos domínios de identificação e elaboração de projectos, gestão básica das convenções RIO (Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Degradação de Terra), e áreas locais do GEF, como forma de promover respostas articuladas aos desafios ambientais e às prioridades nacionais.</p>	NGOS CSO CBA	546,750 \$
Total Pilar 4					5,945,309 \$